

Práticas Psi ao longo da História: Compreendendo as práticas da Análise Institucional através da Governamentalidade Liberal.

Alexander Motta de Lima Ruas (Instituto de Psicologia - UFRJ. E-mail: alexander.motta@gmail.com)

Arthur Arruda Leal Ferreira (Instituto de Psicologia - UFRJ. E-mail: arleal@superig.com.br)

Isabela Vogas Nunes Cardoso (Instituto de Psicologia - UFRJ. E-mail: isabelavnc@yahoo.com.br)

1. Introdução

Antes de descrever o objetivo deste trabalho, é preciso destacar algo importante: este trabalho não parte de uma história no sentido tradicional, visto que não se baseia em fontes históricas primárias, mas que se constitui como uma reflexão a partir da história sobre a atualidade da Psicologia, notadamente sobre as práticas específicas de governo nela presentes. Contudo, esta possibilidade aponta para uma questão: o que a psicologia (ciência tradicionalmente do indivíduo, da vida privada e da nossa subjetividade) teria a ver com o tema do governo?

Em primeiro lugar, o conceito de governo ou de práticas de governo considerado aqui parte de um quadrante muito distinto da filosofia política tradicional. Não se vai considerar o governo a partir de uma tentativa de justificar ou legitimar os dispositivos de poder soberano do Estado e não remeteria às práticas cotidianas da administração pública.

O conceito de governo em questão proviria da “genealogia do Estado moderno”, empreendida por Michel Foucault no final dos anos 1970, e retrabalhada por autores como Michel Senellart (2006) e Nikolas Rose (1998). Para evitar a confusão com outros possíveis conceitos de governo, Foucault usa o termo *governamentalidade*, enquanto “maneira de condução da conduta dos homens”.

Em segundo lugar, é preciso colocar que psicologia é esta que estamos falando. Aqui, a psicologia é vista fora de sua definição tradicional, como “ciência do indivíduo”, que lidaria com um domínio privado avesso às estratégias de governo, mas como um conjunto de técnicas de inscrição e de práticas encaixadas em dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada.

É neste território que pretendemos compreender como a Análise Institucional opera as suas práticas de gestão, procurando verificar o sentido político de seus modos de intervenção. De forma mais específica, buscamos analisar neste trabalho como as práticas dessa corrente da Psicologia têm entrada no Brasil, e, mais especificamente no Rio de Janeiro, e se estas práticas e teorias se encaixam no que Foucault define como Governamentalidade Liberal.

Examinaremos inicialmente o conceito de governamentalidade, seguindo com uma breve genealogia das formas de governo.

2. Uma breve genealogia do Governo

O surgimento do tema do governo (ou governamentalidade) nos trabalhos de Foucault refere-se a um deslocamento conceitual dentro do seu projeto genealógico delineado ao longo dos anos 1970. Este teria como meta o entendimento das transformações nas formas de saber a partir de mudanças nas relações de poder. Como

apontado acima, não se entende ‘práticas de governo’ como o mero exercício do poder por uma autoridade pública reconhecida, como no sentido tradicional, mas sim as formas pelas quais se faz a condução da conduta alheia, desde as formas pastorais do cristianismo primitivo até os modos do Estado contemporâneo.

A expressão “governamentalidade” é sugerida pelo autor em 1978, no curso *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008b), definindo um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos, táticas e estratégias que permitem o governo da população. No curso de 1979, *O Nascimento da Biopolítica* (2008a), este conceito é entendido como uma grade para a análise das relações de poder em geral, prevalecendo a mais simples definição de ‘condução da conduta’ (Senellart, 2006).

O ponto principal da história do governo se encontra no século XVI, quando começam a proliferar os Manuais de Governo, fundamentados na chamada Razão de Estado. Estes manuais não estariam baseados mais nos dispositivos legais, mas na necessidade do disciplinamento e registro constante das ações dos governados no tempo e no espaço, caracterizando o “Estado de polícia”. É só nesse momento, século XVI, que a governamentalidade contemporânea se cristaliza entre nós como *Racionalidade de Estado*, criando um campo específico de reflexão sobre o empoderamento interno dos estados e o equilíbrio nas suas relações externas. O que desbloqueia, desenlaça e libera essa nova governamentalidade é a explosão demográfica da população do século XVII na Europa. Com isso, a população transforma-se em alvo e instrumento para o governo; e a economia, de governo das famílias, torna-se um modo racional de intervenção e controle.

No entanto, estas formas de Racionalidade Estatal são postas em questão através dos modos de governo liberais, surgidos especialmente a partir do século XVIII. Estes não entrariam em cena imbricados nas práticas de governo estatais, mas justamente pondo estas em questão, seja em nome do mercado ou ainda da sociedade civil. Contudo, ao longo do tempo este processo é invertido: o mercado a partir do século XX não seria apenas um instrumento crítico do governo, mas a própria racionalidade deste, que regularia outros domínios, como a família, a natalidade, a delinquência e a política penal (Foucault, 1997).

Inaugura-se aqui um governo embasado no acompanhamento do movimento das populações enquanto processos naturais. Assim, por exemplo, os interesses coletivos são considerados através do jogo dos desejos individuais. Essa naturalidade, portanto, seria acessível à ação concreta do governo, um governo que produz efeitos benéficos através do cálculo do desejo coletivo e a partir da possibilidade do desenvolvimento de saberes sobre a população.

Neste momento o governo se define como tecnocracia, baseado no conhecimento científico dos movimentos naturais e espontâneos dos governados, investindo especialmente no autogoverno destes. A liberdade aqui não é entendida como um direito inalienável ou uma marca essencial do homem, mas como algo produzido de forma a atender a uma técnica de governo específica que se utiliza dessa liberdade como um pressuposto para a sua própria prática de governo.

3. Governamentalidade Liberal e a Psicologia

E nestas novas formas de governo presentes nas sociedades democráticas contemporâneas que as práticas psicológicas têm especial importância enquanto modo de gestão tecnocrática, isto é, a Psicologia produz modos de governo da conduta dos sujeitos a partir da produção de um conhecimento científico e do delineamento de técnicas que partem de uma liberdade ‘natural’ desse sujeito.

Para pensar esta articulação entre os modos de governo liberal e o surgimento dos saberes psicológicos, um trabalho que se destaca é o de Nikolas Rose (1998). Este autor enfoca esta articulação entre práticas de psicologia e artes de governo de uma dupla maneira: 1) através das técnicas de inscrição dadas pela Psicologia que permitiram que as subjetividades se tornassem acessíveis às técnicas de governo; e 2) através da constituição de políticas múltiplas por parte da Psicologia, que visam conduzir a conduta de indivíduos, não somente através do controle, da disciplina e da norma, mas principalmente através da liberdade e da atividade destes, instigando-os a se tornarem mais inteligentes, empreendedores, dóceis, produtivos, e dotados de auto-estima.

Entendendo as diversas práticas Psi como formas específicas de governo e de condução da conduta alheia, nos deteremos aqui, a estudar a Análise Institucional a fim de verificar, a partir dos seus modos de atuação e entrada no Brasil, se esta faz parte ou não de uma forma de governo liberal.

4. Conceitos-chave da Análise Institucional

O movimento instituinte é composto por diversas e diferentes escolas que não se equivalem, mas que tem um estilo e objetivo comum: deflagrar e propiciar no coletivo e nas comunidades, processos de auto-análise e autogestão e problematizar o que parece ‘natural’ aos olhos da maioria. O que seriam então, esses processos de auto-análise e autogestão?

Partindo para um conhecimento melhor dos conceitos da A.I, utilizamos o *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática* de Gregório F. Baremlitt. A auto-análise para o autor consiste em que as próprias comunidades, como protagonistas de suas questões e demandas, possam compreender e adquirir um vocabulário próprio para bem existir, sendo que aqui os profissionais Psi, seriam apenas catalisadores desse processo, e não aqueles que vêm de fora ou de cima impondo o que deve ou não ser feito.

O processo de autogestão se dá simultânea e articuladamente ao de auto-análise; são os dispositivos montados para realizar as ações destinadas a obter seus objetivos, como grupos de discussões, assembleias para nessas chamar os experts ‘aliados’ para colaborarem, dar condições de produzir esse saber e desmistificar o saber dominante, (Baremlitt, 1996). Tudo o que for descoberto nesse processo terá a finalidade única de auto-organizar-se e fazer com que suas forças sejam operadas visando a transformação de suas condições de existência.

5. O Movimento Institucionalista Francês

Para fazer uma breve história da AI, utilizamos o livro de Cecilia Coimbra *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas praticas psi no Brasil do “milagre”*. Segundo Coimbra, a Análise Institucional que começa a se organizar na primeira metade da década de 60, vem da Pedagogia Institucional, da Psicoterapia Institucional, da crítica interna das Ciências Sociais e da crise interna de muitas outras instituições. Cecilia nos mostra que o Movimento Institucionalista vai ser também muito influenciado pela Sociologia das Organizações ou Psicologia Social dos pequenos grupos, pelas correntes da Psicossociologia norte-americana (de influencia Marxista), dos anarquistas, dos socialistas utópicos e também da antropologia. Dessa forma, a corrente institucionalista incorpora os mais diferentes discursos de uma maneira original, reformula esses conceitos a fim de incorporá-los a um aparelho teórico próprio (Coimbra, 1995).

Dentro dessa história, a Psicoterapia Institucional, uma das primeiras correntes do Movimento Instituinte se caracterizou nos anos 50, pela sua inserção nos hospitais,

com as figuras de Tosquelles e Jean Oury revelando a dimensão inconsciente da instituição e a participação dos enfermos na autogestão de um processo de “cura”. A Pedagogia Institucional, por sua vez influenciada pela Psicoterapia Institucional leva o procedimento autogestionário para o âmbito pedagógico visando uma “autoregulação do grupo”. (Coimbra, 1995)

Na França, nos anos 1962, 63 e 64 as idéias autogestionárias estão em alta e a UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses) mergulhada nesse meio se interessa pela autogestão pedagógica e por uma crítica da burocracia. Dessa forma, Lourau e Lapassade têm as bases para a formação da Psicossociologia Institucional, cujo maior dispositivo de intervenção é o grupo.

A partir da Psicossociologia Institucional, Lapassade dá um salto para a intervenção socioanalítica e, a partir daí, os institucionalistas franceses fazem crítica aos psicossociólogos de grupo dizendo que estes são “agentes da modernização que propiciam o aparecimento de uma nova burocracia” (Coimbra, 1995, p.327) e que era preciso revelar nos grupos uma dimensão oculta, uma dimensão institucional, de sua vida e de seu funcionamento. Assim, a partir de intervenções nos movimentos sociais que surgem, e do seu trabalho cotidiano é que a Análise Institucional se firmou.

Um segundo e importante momento da história do movimento institucionalista francês tem marco inicial no maio de 68. Segundo Cecília, os institucionalistas franceses utilizam a ‘autogestao’ como um questionamento ao atual sistema das instituições e aos dispositivos sociais. Antes de maio de 68, os institucionalistas franceses difundiam uma concepção positivista da autogestão; esta era mais uma técnica do que um dispositivo analisador. Quando se atua somente na organização ou estabelecimento, se utiliza da autogestão apenas enquanto técnica, mas quando se atua sobre as instituições que a atravessam e que nela se atualizam, utiliza-se a autogestão como dispositivo analisador e este é um processo que se deve investigar.

6. Análise Institucional no Rio de Janeiro

Em meados de 1977 duas figuras despontam no Rio de Janeiro no campo da AI: Chaim Katz e Gregório Baremlitt, estes buscavam uma psicanálise sem ser das sociedades ‘oficiais’ e, juntamente com um grupo maior, fundam o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana). Nesse núcleo Baremlitt e Katz lecionam como professores, porém em 1978 saem para fundar o Ibrapsi (Instituto Brasileiro de Psicanálise, grupos e instituições). Em outubro do mesmo ano, o Ibrapsi é lançado publicamente através do *I Congresso Internacional do Ibrapsi* no Copacabana Palace onde diferentes e importantes personagens das diferentes áreas, como ciências sociais, psicanálise e psiquiatria comparecem (Coimbra, 1995). Entre 1978 e 1984 o Ibrapsi produziu de forma bastante profusa: destaca-se o *II Congresso Internacional*, o lançamento de uma revista e um jornal, o lançamento de cinco livros, além de organizarem outros congressos como “*Psicanálise e Pedagogia*” e “*Psicanálise e Comunicação das Massas*”.

É a partir da história do movimento Instituinte na França, e a sua entrada e difusão, principalmente a partir do Ibrapsi, no Rio de Janeiro que nós buscamos entender nesse movimento, que práticas de liberdade são produzidas, se estas se definem pelos termos da governamentalidade liberal, ou se estas são reinventadas de modo a funcionarem como contra-poderes.

7. O Estudo dos Processos e nossas Hipóteses.

A partir dessa perspectiva da articulação da psicologia e governamentalidade Liberal, estamos implicados nos estudo dos processos de intervenção da Análise

Institucional no Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida as intervenções do Ibrapsi em diferentes estabelecimentos como sindicatos, empresas e outros. Como a Análise Institucional está o tempo todo em construção e as intervenções se fazem de formas muito diferenciadas, precisamos, para fazer a sua história, analisá-la enquanto modo de governo, e principalmente enquanto um processo, e não como um recorte.

Temos então, a partir disso, duas hipóteses para estudar esses processos: a primeira é que a Análise Institucional produziria um modo de autogestão próximo do que foi definido como Governamentalidade Liberal. A segunda é que a Análise Institucional, a partir de sua teoria e prática diferenciada dos outros modelos de Psicologia, desarticula formas possíveis de governamentalidade liberal a partir de uma reconstrução nas formas de atuar politicamente.

A Análise Institucional poderia ser entendida como uma nova forma de prática psi se ela em sua intervenção problematizar o próprio conceito de liberdade e a forma como ela é praticada caso ela “libertasse a liberdade”, como nos diz Larrosa (2000), problematizando-a e trazendo a tona um “por-vir” não institucionalizado, não naturalizado e não racionalizado, mas trazendo algo do domínio da experimentação, da ruptura e da criação. Dessa forma, a Análise Institucional se distanciaria do modelo da governamentalidade liberal e inauguraria claramente uma nova forma ao problematizar a “condução da conduta alheia”. Para assim concluir será necessária uma investigação mais fina e detalhada.

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

COIMBRA, Cecilia. **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro. Oficina do Autor, 1995.

FOUCAULT, M. 1978 – 1979: Nascimento da Biopolítica. In: Foucault, M., **Resumo dos cursos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M . **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M . **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LARROSA, Jorge. A libertação da liberdade. Em: BRANCO, Guilherme Castelo e PORTOCARRERO, Vera (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro, Nau Editora, 2000.

ROSE, Nikolas. **Inventing our selves**. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

ROSE, Nikolas. **Governing the soul: the shaping of the Private Self**. London, Free Association Books, 1999.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Sejamos realistas, tentemos o impossível.” Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; LEAL, A.F.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

SENNELART, M. **As Artes de Governar**. São Paulo: Editora 34, 2006.